

DO COLONATO AO ASSALARIAMENTO

Neusa de Fátima Mariano *

Os relatos aqui reunidos são de ex-trabalhadores do campo em Jaú-SP; suas lembranças expressam o modo de vida simples nas colônias durante as décadas de 1940, 50 e início de 60. Os depoimentos versam ainda sobre a sociabilidade nos dias de hoje, no contexto das novas relações de trabalho, com a implantação do assalariamento no campo.

Os ex-trabalhadores em questão são resultado da intensa miscigenação que, no estado de São Paulo, envolveu populações caipiras¹, negros e imigrantes europeus. Foram trabalhadores agrícolas, primeiro como colonos e, depois como assalariados no campo ou na cidade. Como assalariados, muitos tornaram-se moradores da cidade de Jaú e da metrópole paulistana, tendo assim, vivenciado a experiência do êxodo rural.

O município de Jaú (SP) foi grande produtor cafeeiro e receptor de imigrantes europeus, principalmente italianos integrados ao sistema de colonato² e, mais recentemente destacou-se na produção de cana-de-açúcar, já com a implantação do

assalariamento no campo.

Para que se possa produzir documentos a partir dos relatos orais é preciso analisar os mesmos, não havendo como fugir da interferência do pesquisador que, após transcrevê-los, os fragmenta e seleciona trechos conforme o seu interesse. Portanto, as narrativas aqui registradas mostram um passado a partir de lembranças de um momento histórico vivido e sentido, permitindo o entendimento do processo pelo qual se chegou ao modo de vida atual.

Enfim, um modo de vida simples, de trabalho pesado, recompensado de vez em quando por festas é o que revelam os relatos de ex-trabalhadores do campo sobre a vida nas fazendas, sob o regime de colonato.

A VIDA NAS COLÔNIAS

Moradia, alimentação e vestuário

Nas fazendas, os colonos moravam dentro dos limites da propriedade do fazendeiro (ou patrão), e trabalhavam no plantio, manutenção e colheita do café e no plantio de gêneros de

subsistência.

As casas das colônias eram rústicas, com móveis e utensílios muito simples. Geralmente tinham de quatro a cinco cômodos com cozinha, quartos e uma sala; as paredes eram de tijolo e o chão era de tijolo ou de terra batida. A latrina, quando havia, ficava do lado de fora da casa. Não havia luz elétrica, tampouco água encanada. A lamparina e a vela eram objetos fundamentais e a água tinha que ser buscada na fonte, no riacho ou no poço.

“Pegava, geralmente, a água da mina. Mas não era uma água tratada, quer dizer, geralmente, era da mina, senão numa caixa que tinha também pra pegar, mas não era tratada. Geralmente, quando vai fazer comida ferve aquela água, se tiver algum micróbio já mata, mas era desta forma.” (Sr. Sidney³)

Nessas casas, o fogão a lenha fazia parte da sua estrutura, e foi no campo que ele permaneceu por muito tempo, mesmo com o advento do fogão a gás.

O alimento era preparado em casa, muito pouco se comprava na venda da vila; em geral não mais que farinha, fubá, sal, tecidos... Frutas e hortaliças, frangos, ovos e leite eram produtos da

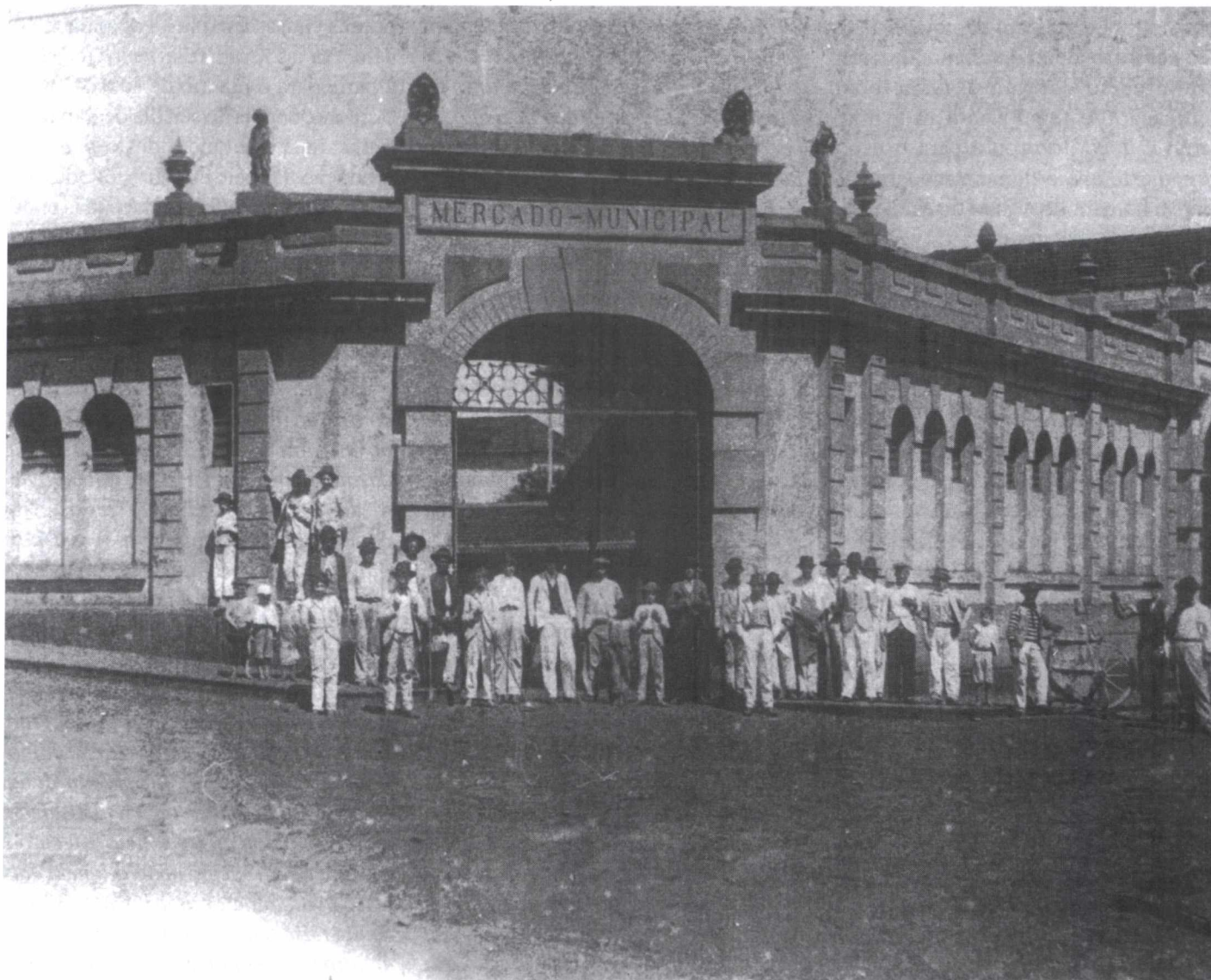


Foto: Arquivo Histórico Fundação Raul Bauab

Mercado Municipal de Jaú / Início do séc. XX

fazenda, produzidos pelo colono. Os alimentos eram preparados artesanalmente, em casa:

“Chegava fim de semana, ela [a mãe dele] costumava fazer muito doce de abóbora. Então ela colocava nós lá para descascar abóbora e tirar semente, aquelas abóboras vermelhas... não era abóbora, era aquelas morangas, aquelas morangas bonitas! Então minha mãe colocava no tacho e nós tínhamos que picar lenha com machado! Todo dia de tarde fazia esse serviço. Colocava lá no fogão, lenha por lenha... com uma pá. Naquele tempo também meu pai

fazia... com uma pá ficava mexendo aquele grosso assim... O açúcar naquela época não era um açúcar especial que nem hoje, branquinho. Era um açúcar mascavo, era um açúcar preto. Então colocava aquela quantidade lá e ia mexendo até dar o ponto. Deixava bem firmar... mas era uma delícia!” (Sr. Sidney)

O pão também era um dos alimentos elaborados em casa, para ser consumido durante a semana repleta de trabalho na lavoura, não havendo, portanto o costume de comprá-lo pronto na venda, na vila.

“Comprava farinha de trigo pra

fazer pão, fazia pão lá no forno. Cada casa tinha um forno de barro, de tijolo pra fazer o pão. Então as próprias famílias faziam pão pra elas.” (Sr. Pedro⁴)

Com a família do Sr. Sidney não acontecia diferente, pois ele conta que não era comum seus pais comprarem pão em padaria. Sua mãe costumava fazê-lo em casa no forno a lenha. Era um verdadeiro ritual nos dias em que se fazia pão na roça, pois além do preparo da massa, tinha que embrulhá-la com a folha de bananeira para proteção contra as cinzas do forno. Este tinha que ser preparado com a

temperatura certa para não queimar o pão por fora e deixá-lo cru por dentro. Era preciso, portanto, uma boa dedicação de tempo para limpar o forno e deixá-lo pronto para o uso, tempo este que o homem moderno – leia-se homem do tempo do relógio e do dinheiro – não tem.

O Sr. Sidney fala da rusticidade na alimentação, da forma simples de elaborar as refeições, convivendo com o improvisado e a criatividade, com os ingredientes cultivados no quintal de sua casa, ou no meio do cafezal. Dos suínos, uma parte da carne era cozida e armazenada em uma lata de gordura (de porco) para a sua conserva, e com a outra parte se fazia a lingüiça.

O preparo do alimento contava com poucos recursos, os quais poderiam facilitar na sua elaboração. Todavia, entende-se também que a comida era farta devido à produção de subsistência, pois o dinheiro pouco mediava a culinária da roça que provinha de uma verdadeira indústria doméstica.

“Naquele tempo não comprava comida (...). Arroz tinha, tinha feijão, tinha porco, tinha galinha... Só comprava sal, farinha e uma ou outra coisa, o resto tinha tudo em casa.” (Sr. Máximo⁵)

Da mesma forma que a alimentação, e fazendo parte dessa indústria doméstica, as roupas eram feitas em casa, usando sacos e, eventualmente, tecidos comprados nas lojas da cidade.

“Minha mãe fazia aquelas calças de alça, comprava o saco na usina [de açúcar], minha mãe tinha aquela maquininha de mão, então fazia as calças que iam até na canela ou até no joelho. Tíngia de azul e falava que era o uniforme da escola. Quando começava a rasgar a calça não jogava fora não, era remendo em cima de remendo, remendo em cima de remendo. Pra falar que comprava

roupa na cidade era muito difícil, não comprava. Roupas para trabalhar era tudo feito com saco de açúcar... O colchão era feito com saco de usina, o lençol era feito com saco, só comprava o cobertor, na cidade.” (Sr. Sidney)

Havia a roupa de trabalhar e a roupa para ser usada no dia santo, ou seja, as melhores roupas eram reservadas para as missas, festas e passeios.

Praticamente não havia a necessidade da freqüente mediação da moeda para a sobrevivência e reprodução do homem do campo por conta da cultura intercalar, do cultivo de horta e da criação de animais, como se verá a seguir.

O trabalho

A chegada de imigrantes europeus, para o sistema de colonato, fortaleceu a idéia de trabalho como necessário à dignidade do homem, e como perspectiva, na prática muito remota, de acesso à propriedade da terra. O colonato não representava uma forma de trabalho tipicamente capitalista, porque combinava o pagamento em dinheiro pelo trato do cafezal e colheita do café com a produção de gêneros de subsistência. O trabalho era regularizado por contrato no qual constavam os direitos e os deveres de ambas as partes: do colono e do fazendeiro.

Em Jaú, no sistema de colonato, cada família contratada pelo fazendeiro cuidava de uma certa quantia de pés de café, que variava um pouco conforme o patrão. Assim, o contrato envolvia a família no trabalho, na fazenda.

O contrato garantia espaço de plantio para subsistência da família do colono, no entanto, em algumas fazendas o plantio entre os pés de café era inviável devido, às vezes, à pouca fertilidade do solo, outras porque o patrão não queria alegando que tal

prática causaria baixa na qualidade do café. Por isso eram reservados terrenos à parte para o plantio de subsistência; o colono, depois do seu dia de trabalho, tinha ainda que cuidar dessa pequena produção. Perante este fato, os colonos procuravam trabalho em fazendas onde eram permitidas as culturas intercalares, cujo cuidado acontecia durante o seu trabalho diário, e também melhores remunerações. Vejamos o relato do Sr. Pedro:

“Colônia é assim: faziam um contrato, tanto por mil pés de café, para tratar o café. Então ali a gente carpia o café, chegava até o tempo de fazer a coroação, limpar tudo... No contrato entrava quanto pagava por dia. Mas era bom, naquele tempo não era tão ruim de se trabalhar, você trabalhava bastante, mas você tinha também, porco, tinha vaca, tinha cavalo, tinha alguns que tinham até charrete. Às vezes o patrão dava um contrato de plantar uma cova de milho cada pé, cada vão: um pé de café, quinze palmo mais ou menos, mede dois metro, um metro e meio, ou então era um quadro, e no meio daquele vão você podia plantar uma cova de milho, então nascia um pé de milho... uns três, quatro pés de milho, mas era uma cova só. Então aquilo ali era seu, conforme o contrato. Conforme o contrato não, às vezes o patrão plantava e você colhia pra ele... Agora, tem contrato que te dá terra para fora, não no cafezal. Ele te dava o dia, tempo para você preparar a terra, plantar e colher. Aí era o patrão que fornecia o tempo para você fazer isso.”

Encontramos aqui uma variação, em que o tempo é cedido pelo patrão ao colono para cuidar da cultura de subsistência, quando esta não era intercalar. O interesse às vezes partia do próprio patrão pois dividia a produção com o colono, estabelecendo uma espécie de parceria.

Diante da necessidade de cuidar de

muitos pés de café e também das culturas de subsistência, a família, quando numerosa tinha maiores condições de se manter, porém não se podia esperar a fase adulta dos filhos. As crianças então começavam a trabalhar muito cedo, algumas deixavam a escola, outras conseguiam conciliar trabalho e estudo.

O Sr. Sidney, nos conta a sua experiência na qual a infância misturava-se com a responsabilidade do trabalho nas colônias de Jaú, já em 1957:

“Desde a idade de 8 anos eu já carpia café. Inclusive, eu e meu irmão, nós íamos um dia sim um dia não na escola pra poder ajudar meu pai a carpir café.”

O Sr. Máximo também começou a trabalhar na roça ainda criança, e acredita que deve ser sempre assim, para que seja valorizado o trabalho dos pais; para ele, desta forma a criança aprende desde cedo a ser responsável e a dar valor às conquistas dos pais.

“Eu comecei a vida na roça com a idade de 7 anos [em 1925] e trabalhei até a idade de 65; esse negócio de pôr essa lei que o menor de idade não pode trabalhar é cria de vagabundo! O cara tem que trabalhar, ele tem que ir na escola, mas tem que trabalhar. A criança não pode ser judiada. Isso não! Mas trabalhar, tem que trabalhar!”

A educação escolar era sempre almejada, porém nem sempre alcançada devido às dificuldades de acesso, ao cansaço provocado pelo trabalho na roça e ao tempo pequeno a ela dedicado. Com muito esforço, algumas crianças conseguiam ao menos aprender a contar, ler e escrever, concluindo apenas as séries fundamentais.

A mobilidade dos colonos interferia na vida escolar das crianças porque, conforme o local as dificuldades de acesso se intensificavam. Importava

saber ler e escrever para não serem trapaceados, enganados nas contas das vendas e nos demais assuntos. Era muito comum o analfabetismo, principalmente entre as mulheres que, ainda crianças, cuidavam da casa e dos irmãos mais novos enquanto os pais e os irmãos mais velhos trabalhavam na roça.

Essa mobilidade dos colonos pelas fazendas era freqüente, na busca por melhores contratos. A mudança acontecia por meio de uma rede de comunicação bastante eficiente, o popular “de boca em boca”, promovido pelo encontro dos “homens da casa” nos bares, na vila, no mercado municipal etc.

No meio das conversas surgia o assunto de trabalho e ficava-se sabendo onde estavam precisando de colonos.

“Geralmente os pais da gente sempre se encontravam... Geralmente era fim de mês... Jaú era pequeno, então se aglomerava tudo, era tudo nesse mercadão aqui. E esse mercado era onde que se juntava todos os colonos de fazenda.” (Sr. Sidney)

A rede de comunicação entre as famílias era grande, pois havia muitos outros meios de sociabilidade, além do encontro na venda, como por exemplo, no seio da própria família, em que irmãos de um colono moravam em outras fazendas. A sociabilidade entre os colonos era forte promovida também pelas missas, festas -religiosas ou não- e pelos campeonatos de futebol.

As festas

“São Gonçalo fizeram uma vez na fazenda do Nenê Camargo, lá no Cesarina. Foi bêbado lá beijar o santo. Naquele tempo costumava beijar o santo. Ele estava bêbado e derrubou o santo, derrubou tudo.” (Sr. Máximo)

“Tinha um homem na colônia que fazia. Não sei que dia que era. Acho

que eles falavam: ‘Vamos fazer festa de São Gonçalo?’ E faziam.” (Sra. Inez)

A Festa de São Gonçalo⁶ era uma dentre outras manifestações religiosas em Jaú. A festa descrita por D. Inez era promovida por um dos colonos da Fazenda do Jessé Lyra. A festa acontecia em uma casinha separada da colônia, para onde ia gente de outras fazendas circunvizinhas participar, pois a mesma era anunciada pelos festeiros, que convidavam a todos da região.

Outras festas que aconteciam por ali eram a Folia de Santos Reis no Natal e a Festa do Divino Espírito Santo.

“A gente pegava o Divino e trazia dentro de casa [a bandeira do Divino, com uma pomba branca desenhada representando o Espírito Santo], aí punha a pombinha na cama, nos cantos da casa, nos quartos e depois de visitar toda a casa, devolvia e ia na outra casa. A gente dava um pouco de arroz, de feijão, o que tinha... Às vezes eles vêm de outra cidade, às vezes era Bocaina ou Jaú. A Folia de Reis, pediam prenda pra fazer a festa. Ouvi falar que faziam que nem uma serenata... eles cantavam e pediam, nem que fosse uma caixa de fósforo, e a pessoa dava.” (Sra. Inez)

Os fatos mais lembrados eram os bailes para comemorar a colheita, ou somente por diversão. O catira, por exemplo, era só a festa do catira, a dança não era dependente de outra festa, embora estivesse bastante presente na Festa de Santo Antonio, durante as Festas Juninas. Era uma dança praticada somente por homens, e acontecia nas colônias e sítios.

“Eles tocavam viola, batiam palma, batiam o pé. E conforme a moda de viola eles dançavam batendo palma, batendo o pé, pulando. Era festa do catira, ficava a noite inteira pulando. Aí fazia uma carreira pra lá

e outra pra cá, era par: se tinha seis pra lá, era seis pra cá... tocando viola e dançando, cantando e pulando. Eles faziam mais era na Festa de Santo Antonio. Fazia aquela festa, suspendia o mastro, era Santo Antonio, São Pedro e São João. Cada um tinha um jeito de comemorar o dia do santo. Uns faziam a fogueira, rezavam o terço, faziam catira e suspendiam o mastro.” (Sr. Inez)

Entre os eventos como festas, cultos religiosos, danças e bailes que aconteciam no meio rural, não se pode deixar de fora as serenatas, praticadas pelos moços das colônias, mais freqüentemente na passagem do ano.

“*La para as casas cantar. Depois da meia noite a gente ia dar o ano novo pra pessoa cantando; era chamado serenata. De casa em casa, em todas as casas. A gente cantava uma música na porta, eles abriam a porta, a gente entrava. Eles davam uma bebida, um pão, bolacha, o que tivesse lá, bolo, café, anizete, quentão. Saía daquela casa, ia pra outra. Na outra casa cantava uma música na porta também. Aí, até eles abrirem, aí eles abriam, a gente entrava. Era difícil não abrir.*” (Sr. Pedro)

A serenata começava num determinado sítio e terminava na fazenda onde moravam os seresteiros, ao amanhecer.

A VIDA NA CIDADE

O fim do colonato e o êxodo rural

A partir da década de 1950, os colonos começaram a procurar melhores condições de vida na cidade de Jaú e região, pois os contratos não estavam mais satisfazendo as necessidades das famílias, que se tornavam numerosas. Com o colonato já enfraquecido, em 1963 o Estatuto

do Trabalhador Rural foi decisivo para o seu fim.

“*Quem foi que acabou com as colônias foi o João Goulart! Precisava todo mundo ter um salário mínimo, ganhar um salário mínimo... Então os fazendeiros se viram obrigados a mandar os colonos embora. Não dava para eles darem um salário mínimo pra todo mundo, e dar a casa pra morar, dar a lenha... então não tinha condição. Acabou a colônia, ficaram algumas fazenda lá, ficou algum [colono] pra tomar conta e os outros... foram mandado embora, e onde foram pra cidade. E agora o patrão pega da cidade quando é tempo de colheita e leva pra colher, que é o bóia-fria, que eles falam.*” (Sr. Pedro)

Com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214 de 02/03/1963) todo trabalhador rural passou a ter direito ao registro na Carteira de Trabalho, garantindo férias remuneradas, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, assim como todo trabalhador urbano.

Desta forma não cabia mais o trabalho familiar nas fazendas, com o sistema de colonato, mas sim o individualizado, com carteira assinada e direitos garantidos por lei.

As pessoas passaram a morar na cidade ou foram para São Paulo e região. A reprodução do ex-colono estava sendo agora mediada pelo salário; seu alimento não era mais cultivado, mas comprado no mercado, na venda. A manutenção de sua família dependia do trabalho assalariado e individual de cada membro da mesma. Não havia mais contrato que pudesse envolver o trabalho familiar, possível somente nos sítios, com os pequenos produtores rurais, ou sob uma forma de arrendamento de terras.

“*Assim que nós mudamos pra Jaú, nós não achávamos serviço por aqui, era difícil. Foi onde começamos a*

trabalhar de turma por aí. Pegava todos os desempregados e saía pelas fazendas fazendo trabalho por aí.” (Sr. Sidney)

“*Nas fazendas tem bem pouco trabalhador. Hoje o trabalhador está na cidade, na área urbana. É bem pouco trabalhador que está na zona rural. Mas, o que está na zona rural hoje é fazenda de usina... Hoje a maioria dos trabalhadores, 90% dos trabalhadores estão na área urbana.*” (Sr. Clemente⁷)

Paralelo ao fim do colonato, já se iniciava o investimento na cana-de-açúcar, que teve maior incentivo com Proálcool – Programa Nacional do Álcool, instituído pelo Decreto nº 76.593 de 14/11/1975. Objetivava-se um combustível alternativo, que substituísse a gasolina, visto o alto preço do petróleo no mercado e, em contrapartida, o baixo preço do açúcar nacional para exportação. O transporte rodoviário já era o dominante, e crescente a desativação do meio de transporte mais barato, qual seja, a ferrovia dos tempos do café.

As usinas açucareiras começaram a crescer, a arrendar terras de sitiantes e fazendeiros para a produção de cana-de-açúcar, tendo destaque a Usina da Barra, situada em Barra Bonita, município vizinho de Jaú.

Conforme Andrade (1994) o espaço do oeste paulista passou por uma forte transformação devido à implantação do Proálcool que, juntamente com demais programas que levantaram a bandeira do desenvolvimento e modernização agrícola, marcaram a monopolização do território pelo capital (Thomaz, 1996):

“Com essa política, o governo atendia segmentos das classes produtoras e justificava a sua política, alegando que ela teria um alcance social, porque criava novos empregos. Esquecia-se que os empregos criados

eram sazonais, que as unidades industriais iriam causar um grande impacto sobre o meio ambiente, com a destruição das matas, a poluição dos rios devido ao lançamento do vinhoto e das águas servidas, e dos solos pelo uso de agrotóxicos nos canaviais.” (Andrade, 1994:60)

O “turmeiro” e as firmas agenciadoras eram os responsáveis legais pelos trabalhadores, detendo o controle da força de trabalho. Estas firmas mantêm contratos com várias usinas e fazendeiros, reúnem os trabalhadores e os distribuem durante os períodos de safra ou quando requeridos, exonerando os grandes capitalistas de tal função.

“Agora, que nem nós que vamos trabalhar na diária, na empreita... a gente pega sete horas, dez para as sete. Na empreita, se você trabalhar um pouquinho mais, você ganha. Agora, se está na diária, vamos supor, oito, dez, doze reais que você ganha por dia, pega às sete e pára às onze pra almoçar; almoça, pega ao meio dia e vai até às quatro horas da tarde.” (Sra. Neide⁸)

Segundo o Sr. Walter⁹, o empreiteiro ou “turmeiro” reúne os bóias-frias e recebe 25% do total da empreitada de comissão.

“Turmeiro é isso aqui: ele abre uma firma pra ajustar, que nem no caso a pessoa que vai trabalhar, está sem serviço, ele contrata pra trabalhar e ele pega o serviço que nem o da usina, dos fazendeiros, ele pega... O fazendeiro empreita cana pra ele cortar; então um tanto pra ele cortar cana, paga pra ele... e ele ganha um tanto pra levar a turma, pra pagar INPS, todos os encargos...” (Sr. Roque¹⁰)

Atualmente há um grande número de usinas na região de Jaú, conforme João André¹¹, Presidente da Casa de Agricultura de Jaú. Os sitiantes

também passaram a produzir cana, ou então a arrendar suas terras para as usinas.

A cidade chegou no campo e trouxe com ela, o empreendimento econômico, a garantia de reprodução cada vez maior de capital, com a instalação de indústrias, usinas e serviços que estes setores envolvem. Expropriados dos meios de produção, os trabalhadores não cultivam mais seus próprios alimentos, transformando-se em consumidores em potencial, pois sua reprodução é desligada da terra e, na cidade, eles têm que se ajustar social e economicamente. Sem a terra para cultivar e com salário pequeno, o alimento é escasso em relação ao que se consumia na roça. Seu alimento passa a ter rótulos e formatos; é trocado por dinheiro, desprendido que está do tempo-cíclico da natureza.

E tudo isso em nome da garantia do direito do trabalhador rural, regulamentado pela legislação. Essa mesma legislação vem legitimando, ao longo dos tempos, a expulsão do homem do campo, trabalhando para a sua proletarianização, individualizando o trabalho com o objetivo de inviabilizar a sua organização¹².

No âmbito deste estudo, é, portanto, no cenário da grande monocultura cafeeira e, posteriormente canavieira, que vemos nitidamente as relações de trabalho se transformarem, diante da expansão do capitalismo no campo, sustentado por políticas de modernização dos campos paulistas e, porque não dizer, brasileiros.

Apesar de todo o processo de modernização, o homem rural ainda guarda em si muitos elementos que o caracterizam como simples. A sua cultura, o seu modo de ser, os seus valores morais e religiosos, as suas crenças ainda persistem diante da dominação crescente da mercadoria e

do dinheiro. As festas religiosas, por exemplo, permanecem nos dias de hoje, ligadas principalmente ao catolicismo. São festas em homenagem a santos padroeiros de bairros como Santa Luzia, em Pouso Alegre de Baixo, Frei Galvão em Aersosa Galvão, e Nossa Senhora da Conceição, no Bairro Revisão Agrária.

“Dia 13 de dezembro é festa de Santa Luzia. Tem quermesse, depois tem leilão. [As pessoas que organizam a festa] saem pelas fazendas pedindo bezerro, porco, essas coisas... Depois eles fazem o leilão. Com o dinheiro que eles arrecadam do leilão, da quermesse, das coisas que eles vendem, eles ^{ajudam} a igreja. (...) Vem bastante gente! Nossa!! Enche a igreja! Tem vez que tem até duas missas; às vezes tem uma cedo e tem às cinco horas também; e tem a procissão, procissão com a santa.” (D. Neide¹³)

Serenatas e catiras são raros, mas a música caipira está presente nas rádios:

“O programa é apresentado das 5 às 7 da manhã pelo Campinho, e ele é quem produz e apresenta um programa que é típico de música raiz, toca Tonico e Tinoco, Zé Carrero e Carrerinho, aquelas duplas bem antigas (...). A música raiz retrata mesmo a vida como ela é no campo, no sertão, são as modas de viola, as músicas históricas, como escrevia o recém falecido João Pacífico.” (Sérgio¹⁴)

Segundo Sérgio, a Rádio Jauense abre espaço para os cantores e tocadores da região, pois colocam no ar, a pedido dos ouvintes, gravações caseiras de novas composições. A música caipira continua presente como expressão do homem simples da roça e se utiliza de novas formas para reproduzi-la e perpetuá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos falar em três formas de

mobilidade, ou se se preferir, de migração. A primeira diz respeito à grande imigração européia, principalmente italiana, e sua integração ao colonato, resultando na aculturação caipira, devido à convivência com o caboclo brasileiro. Depois, a mobilidade por entre as fazendas, chegando a abranger municípios vizinhos, estabelecendo uma forte rede de comunicação, com base nas relações de parentesco e compadrio. E em nosso maior foco, o terceiro momento, entendido como êxodo rural, marcado pelo fim do colonato e pela busca por melhores condições de vida nas cidades.

A passagem do sistema de colonato para o assalariamento deu-se com o processo de expansão do capitalismo no campo, em que aos trabalhadores não mais pertencem os meios de subsistência, em que a modernização agrícola trouxe maior rendimento e menos custo com mão-de-obra ao proprietário de terras, em que a monocultura canavieira passou a ocupar desde as grandes até as pequenas propriedades rurais.

Evidencia-se a crise cultural com o desenraizamento provocado pela economia de mercado, cuja imposição quebrou o ritmo do trabalho e o respeito ao tempo cíclico: tempo de plantar, tempo de colher, tempo de descansar, tempo de agradecer. O modo de vida, portanto, dos colonos, modificou-se tendo que se submeter às imposições do mundo da mercadoria, embora ainda guarde alguns traços – às vezes, quase imperceptíveis - de sua cultura que nem o transcurso do tempo e nem o capital conseguiram apagar. São modos de ser, pensar e agir singulares, identificados na maneira como as pessoas conversam, no gesticular das mãos e na simplicidade da fala, na música, na forma como se tratam uns aos outros, na devoção e na fé, nos rituais, e na forma como tudo

isso é expresso e sentido.

* Neusa de Fátima Mariano é Doutoranda em Geografia Humana/USP.

NOTAS

1 - Mais do que a inevitável miscigenação racial no período de colonização do Brasil, o caipira é resultado do encontro de duas matrizes culturais, a portuguesa e a indígena. A elas foram se agregando outras tantas culturas de outros povos, como os africanos por conta da escravização e, mais tarde, os europeus, principalmente italianos e espanhóis (durante o sistema de colonato em fins do século XIX e início do XX), resultando em ajustamentos culturais que enriqueceram a cultura caipira.

2 - No estado de São Paulo, as colônias começaram a se formar em fins do século XIX com a libertação dos escravos, e constituíram-se principalmente por imigrantes europeus. Ao chegarem no Brasil, eles eram levados à Hospedaria dos Imigrantes, -construída em 1888 e localizada no Bairro do Brás na cidade de São Paulo- de onde eram encaminhados para as fazendas produtoras de café no interior do estado.

3 - Sidney Boaventura, 49 anos, ex-colono, atual morador do centro da cidade de Jaú e taxista – 21/10/1999.

4 - Pedro Murgida, 73 anos, ex-colono de Jaú, mora em Mauá (SP) há cerca de 45 anos – 27/07/2001.

5 - Máximo Seccato, 81 anos, ex-colono e atual morador de Pouso Alegre de Baixo, distrito de Jaú – 20/10/1999.

6 - Beato protetor dos violeiros e casamenteiro.

7 - Clemente, 69 anos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaú – 17/10/1999.

8 - Neide, moradora de Pouso Alegre de Baixo – 25/10/1999.

9 - Walter, administrador da Fazenda do Lajeado, em Jaú – 08/05/1999.

10 - Roque, 62 anos, ex-colono, proprietário do Mercado Santa Luzia em Pouso Alegre de Baixo, Jaú – 25/10/1999.

11 - João André M. de Almeida Prado, Engenheiro Agrônomo responsável pela Casa de Agricultura de Jaú – 11/09/2001.

12 - Assistimos hoje no cenário brasileiro, a um movimento que possui como objetivo a terra e o trabalho familiar. Estamos

falando dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, sob várias organizações com siglas diferenciadas, mas que juntos, reivindicam e lutam pela reforma agrária.

13 - D. Neide é moradora de Pouso Alegre de Baixo - 25/10/1999.

14 - Sérgio S. Gomes, 52 anos, é radialista da Rádio Jauense AM - 20/10/1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de (1994) *Modernização e Pobreza*. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

CÂNDIDO, Antonio (1987) *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

MARTINS, José de Souza (2000) *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec.

MARTINS, José de Souza (1996) *O Cativo da Terra*. 6ª edição. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas.

MONBEIG, Pierre (1984) *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Ed. Hucitec.

PERIDES, Paulo Pedro (1980) *Um exemplo de organização territorial*: a sub-região de Jaú (1830-1930). Tese de Doutorado apresentada ao DG - FFLCH/USP. São Paulo.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (1988) "Relatos Oraís: do 'indizível' ao 'dizível'". In: SIMSON, Olga de Moraes von (org.) *Experimentos com histórias de vida*: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

THOMAZ Junior, Antonio (1996) *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana*. (Uma contribuição ao entendimento da relação capital X trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). Tese de doutoramento – DG/FFLCH/USP. São Paulo.